



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

**Registro: 2025.0000344696**

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração Cível nº 1089654-35.2024.8.26.0100/50000, da Comarca de São Paulo, em que é embargante CMC – ADMINISTRADORA DE BENS E PARTICIPAÇÕES S/S LTDA, são embargados OMINT SERVIÇOS DE SAÚDE LTDA. e CELIA COSTA E SILVA MONTEIRO.

**ACORDAM**, em sessão permanente e virtual da 7ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **Rejeitaram os embargos. V. U.**, de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores LIA PORTO (Presidente) E FERNANDO REVERENDO VIDAL AKAOUI.

São Paulo, 8 de abril de 2025.

**PASTORELO KFOURI**

**Relator**

Assinatura Eletrônica

Voto nº: **9431**

Embargos de Declaração nº: **1089654-35.2024.8.26.0100/50000**

Relator: **Pastorelo Kfour**

Órgão Julgador: **7ª Câmara de Direito Privado**

Comarca de São Paulo/2ª Vara Cível

Embargante(s): Celia Costa e Silva Monteiro e outro

Embargado(a)(s): Omint Serviços de Saúde Ltda

Ementa: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO, OBSCURIDADE OU ERRO MATERIAL. PRETENSÃO DE REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. REJEIÇÃO.

I. CASO EM EXAME

1. Embargos de declaração opostos contra acórdão que deu provimento ao recurso de apelação interposto.

II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO

2. A questão em discussão consiste em saber se o acórdão embargado apresentou vício em sua fundamentação.

III. RAZÕES DE DECIDIR

3. Os embargos de declaração são cabíveis apenas para sanar omissão, contradição, obscuridade ou erro material, nos termos do art. 1.022 do CPC.

4. Não há vícios no acórdão, sendo evidente a tentativa de rediscutir a matéria já decidida.

5. A fundamentação do acórdão é suficiente e adequada, não sendo necessária a resposta específica a todas as alegações da parte, desde que as razões de decidir estejam claramente expostas.

IV. DISPOSITIVO E TESE

6. Embargos de declaração rejeitados.

Tese de julgamento: "Os embargos de declaração não são via adequada para rediscutir o mérito da causa, sendo cabíveis apenas para sanar omissão, contradição, obscuridade ou erro material".

Dispositivos relevantes citados: CPC, artigos 1.022 e 1.026, § 2º.

Jurisprudência relevante citada: n/a.

Contra o v. acórdão a fls. 590/596 que deu provimento ao recurso de apelação interposto, a embargante opõe os presentes aclaratórios alegando a necessidade de sanar vício de omissão na fundamentação do julgado.

Sustenta que, considerando a natureza do contrato (falso coletivo), não se faz possível a produção de prova pericial. Alega que o contrato falso coletivo se equipara para os efeitos legais ao plano individual. Argui que os reajustes devem corresponder aos índices da ANS aplicados para os contratos individuais. Pleiteia o acolhimento dos presentes embargos.

### **É o relato do essencial.**

Sendo evidente que a hipótese é de descabimento dos presentes embargos, deixo de instaurar o contraditório por não verificar prejuízo à parte contrária.

O artigo 1.022 do Código de Processo Civil dispõe que os embargos declaratórios somente têm cabimento diante da existência de obscuridade, contradição, erro material ou omissão na decisão judicial.

Assim, não constituem recurso idôneo para a obtenção de um novo julgamento sobre a matéria, circunstância inadmissível em nosso ordenamento processual, mas têm apenas a finalidade de aclarar ou integrar decisão judicial que padeça dos vícios mencionados.

Neste sentido já se pronunciou o Colendo Superior Tribunal de Justiça:

(...) 1. Incide o Enunciado Administrativo 3 do STJ, segundo o qual aos recursos interpostos com fundamento no Código Fux (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do Código Fux. 2. No que diz respeito à suposta ofensa aos arts. 489, inciso II, bem como ao 1.022 do Código Fux, observa-se que o Tribunal de origem, ao contrário do alegado, manifestou-se fundamentadamente a respeito de todas as questões postas à sua apreciação e, ao final, decidiu contrariamente aos interesses da parte recorrente, que buscou, com os Embargos de Declaração, a reapreciação do mérito da causa. Logo, em virtude da não ocorrência de omissão, contradição, obscuridade ou erro material não se verifica ofensa à regra ora invocada. 3. A modificação das conclusões do acórdão recorrido exigiria o reexame do conjunto fático-probatório, inviável nesta instância. (STJ, 1ª T., AINTARESP nº 1481281, rel. Min. NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, julgado em 17/12/2019, DJE 19/12/2019).

O julgador deve expor as razões pelas quais acolhe ou rejeita o pedido inicial, apreciando os fundamentos de fato e de direito do autor e do réu. No entanto, se a fundamentação em que se baseia a decisão é suficiente para o julgamento da demanda, o juiz não está obrigado a responder especificamente sobre as questões e legislação ventiladas nos autos.

Inexiste omissão no julgado. Os questionamentos da embargante nada mais são do que tentativas de rediscutir a matéria, algo incabível nesta sede de embargos de declaração.

O acórdão fundamentou adequadamente a solução adotada.

Cabe à requerida demonstrar a regularidade dos reajustes. Assim, a produção de prova pericial por ela requerida, é meio adequado para garantir que a prova seja realizada de maneira técnica e imparcial.

Ressalte-se que somente por meio de perícia atuarial será possível verificar a veracidade e correção dos índices aplicados, ainda que seja o contrato pactuado entre as partes denominado como falso coletivo.

Ante o exposto, por meu voto, **REJEITO** os embargos de declaração opostos.

Para viabilizar eventual acesso às vias extraordinária e especial, considero prequestionada a matéria, evitando-se a interposição de embargos de declaração com esta única e exclusiva finalidade, observando o pacífico entendimento do STJ de que desnecessária a citação numérica dos dispositivos legais, bastando que a questão posta tenha sido decidida (EDROMS 18205/SP, Min. Felix Fischer, DJ de 08/05/2006). Àqueles manifestamente protelatórios aplicar-se-á a multa prevista no art. 1.026, §§ 2º e 3º, do CPC.

Int.

**PASTORELO KFOURI**

Relator